

MINISTÉRIO DA CULTURA
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE

EDITAL Nº 04, DE 08 DE JULHO DE 2008.
PRÊMIO ADICIONAL DE RENDA

A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA torna públicas as regras para a concessão do Prêmio Adicional de Renda 2008, autorizado na 273ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 08 de julho de 2008, e publicado no Diário Oficial da União no dia 11 de julho de 2008, conforme previsto na Instrução Normativa nº. 44, de 11 de novembro de 2005, na Instrução Normativa nº. 62, de 05 de junho de 2007, com observância, no que couber, da Instrução Normativa nº. 75, de 18 de junho de 2008, da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, modificada pela Lei nº. 10.454/2002, e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem por objetivo estabelecer as regras para a concessão do Prêmio Adicional de Renda 2008, premiando empresas brasileiras produtoras, distribuidoras e exibidoras de obras cinematográficas, em consonância com o disposto nas Instruções Normativas nº. 44, nº 62 e, no que couber, na Instrução Normativa nº 75.

1.1.1. Considera-se o Prêmio Adicional de Renda mecanismo de fomento à indústria cinematográfica brasileira, referenciado no desempenho de mercado das empresas brasileiras produtoras, distribuidoras e exibidoras de obras cinematográficas de longa-metragem brasileiras de produção independente.

2. DO VALOR DO PRÊMIO

2.1. O valor total do Prêmio Adicional de Renda 2008 será de R\$ 8.176.052,00 (oito milhões cento e setenta e seis mil e cinqüenta e dois reais), distribuído entre as seguintes categorias de premiação: empresa produtora, distribuidora e exibidora.

2.2 Havendo disponibilidade orçamentária, a critério da Diretoria Colegiada da ANCINE, o valor total do Prêmio poderá ser aumentado.

2.3. No caso da categoria empresa exibidora, a premiação por complexo cinematográfico será de no máximo R\$ 68.635,00 (sessenta e oito mil seiscentos e trinta e cinco reais).

2.3.1. O montante que ultrapassar R\$ 68.635,00 (sessenta e oito mil seiscentos e trinta e cinco reais) será automaticamente transferido, em iguais proporções, para o valor total da premiação das categorias relativas às empresas produtoras e às empresas distribuidoras.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos orçamentários para o atendimento deste Edital correrão à conta da atividade orçamentária 13.662.0169.4908.0001 “Concessão de Prêmio Adicional de Renda a Produtores, Distribuidores e Exibidores” consoante com a Lei Orçamentária de 2008.

4. DOS PARTICIPANTES

4.1. Poderão participar do Prêmio Adicional de Renda 2008 as empresas produtoras, distribuidoras e exibidoras, qualificadas na forma do § 1º do Art. 1º da MP 2228-1/2001, com a redação dada pela Lei nº 10.454/2002, como: “...aquela constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, cuja maioria do capital seja de titularidade direta ou indireta de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, os quais devem exercer de fato e de direito o poder decisório da empresa”, e que preencham os seguintes requisitos:

4.1.1. No caso de empresa produtora, esta deverá ser titular de direitos patrimoniais sobre a obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente, com comprovação por meio do Certificado de Produto Brasileiro (CPB), e ser responsável pela iniciativa de realização da respectiva obra:

a) Para obras que tiveram entre suas fontes de receita recursos federais provenientes de fomento direto ou indireto, será considerada empresa produtora responsável pela iniciativa de realização da obra aquela que, necessariamente, tenha sido a proponente de projeto aprovado perante a ANCINE ou a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura;

b) Para as demais obras, será considerada empresa produtora responsável pela iniciativa de realização da obra aquela que figure como cedente nos contratos de cessão de direitos de distribuição da obra no mercado de salas de exibição.

4.1.2. No caso de empresa distribuidora, esta deverá ser detentora dos direitos de distribuição das obras cinematográficas de longa-metragem brasileiras para o segmento

de mercado de salas de exibição, cedidos primeiramente e diretamente da empresa produtora.

4.1.3. No caso de empresa exibidora, esta deverá ser proprietária, locatária ou arrendatária de salas, espaços ou locais de exibição pública comercial de obras cinematográficas de longa-metragem brasileiras.

§1º Para os fins deste Edital, entende-se por obra brasileira aquela que atende ao disposto no inciso V do art. 1º da MP 2228-1, de 06 de setembro de 2001.

§2º Para os fins deste Edital, entende-se por obra de produção independente aquela que atende ao disposto no inciso IV do art. 1º da MP 2228-1, de 06 de setembro de 2001.

§3º Quando mais de uma empresa se enquadrar nas condições de produtora da obra cinematográfica nos termos dispostos na alínea “b” do item 4.1.1., somente uma poderá se inscrever para fins de concessão do Prêmio Adicional de Renda, devendo apresentar carta de anuência das demais produtoras.

§4º No caso de empresa distribuidora, também produtora, que inscreva na modalidade Distribuição obra por ela produzida ou co-produzida, a inscrição somente será aceita caso a empresa tenha distribuído, no período de 24 (vinte e quatro) meses que antecede a publicação deste Edital, pelo menos 03 (três) obras cinematográficas de longa-metragem lançadas comercialmente no mercado de salas de exibição, das quais não seja produtora ou co-produtora.

4.2. Na concessão do Prêmio Adicional de Renda serão considerados os seguintes critérios:

4.2.1. Para as empresas produtoras:

a) Será considerada toda a obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente cujo lançamento comercial no mercado de salas de exibição tenha ocorrido no período compreendido entre 1º de dezembro de 2006 e 30 de novembro de 2007;

b) A obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente indicada pela empresa produtora deverá ter atingido o patamar mínimo equivalente a R\$ 148.400,00 (cento e quarenta e oito mil e quatrocentos reais) de renda nas bilheterias das salas de exibição, conforme Anexo I-A deste Edital.

4.2.2. Para as empresas distribuidoras, será considerada toda a obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente cujo lançamento comercial no mercado de salas de exibição tenha ocorrido no período compreendido entre 1º de dezembro de 2006 e 30 de novembro de 2007.

4.2.3. Para as empresas exibidoras, serão considerados os complexos de exibição cinematográfica de até 02 (duas) salas, obedecendo às seguintes condições:

- a) Ter cumprido a cota de tela no ano de 2007, na forma das Instruções Normativas da ANCINE;
- b) Estar regular quanto ao envio do relatório de exibição das obras cinematográficas nacionais e estrangeiras, na forma da Instrução Normativa nº 51, modificada pela Instrução Normativa nº 53, ou, em caso de impossibilidade técnica, ter fornecido as informações pertinentes por meio impresso ou arquivo digital;
- c) Ter exibido, entre o dia 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2007, obra cinematográfica de longa-metragem brasileira cuja data de lançamento comercial no mercado de salas de exibição tenha ocorrido após 1º de julho de 2006.

4.3. O período de aferição das rendas brutas de bilheteria, no caso das categorias de empresas produtoras e empresas distribuidoras, será de 1º de dezembro de 2006 a 31 de maio de 2008.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. A inscrição no processo de seleção para o Prêmio Adicional de Renda estará aberta desde a data da publicação do presente Edital no Diário Oficial da União até o dia 25 de agosto de 2008.

5.2. A inscrição deve ser apresentada em envelope lacrado, entregue por portador ou por serviço de encomenda expressa, contendo, no seu exterior, os seguintes dizeres:

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

INSCRIÇÃO AO PRÊMIO ADICIONAL DE RENDA 2008

CATEGORIA: (*indicar uma dentre as seguintes*: Produtora, Distribuidora ou Exibidora)

AV. GRAÇA ARANHA, Nº 35 – 4º ANDAR.

CEP 20.030-002

RIO DE JANEIRO – RJ

5.3. O envelope deverá conter os seguintes documentos:

- a) Ficha de inscrição preenchida e assinada, conforme a categoria de premiação: Anexos I-B (produtora), II-B (distribuidora) ou III-B (exibidora);
- b) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, devidamente atualizadas;
- c) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) válido.

5.3.1. Empresas produtoras deverão fornecer dados sobre cada obra inscrita no Sistema Interativo de Cinema e do Audiovisual – SICA, disponível no seguinte endereço:

<http://sif.ancine.gov.br/pfn/apresentacao.do>. Após o preenchimento do SICA, será gerado o Relatório de Informações Sobre Obra Audiovisual, que deverá ser impresso, assinado pelo responsável pela empresa e enviado junto à documentação acima.

5.3.2. Empresas distribuidoras deverão enviar cópia autenticada do contrato de distribuição de cada obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente distribuída e que teve lançamento comercial nas salas de exibição no ano-referência de aferição, conforme item 4.2.2 deste Edital. Aditamentos ao contrato original também deverão ser enviados.

5.3.3. A critério da ANCINE, as empresas exibidoras deverão enviar, quando solicitadas, os borderôs semanais referentes aos filmes exibidos no período constante de sua ficha de inscrição.

5.4. A data da postagem será considerada como a de inscrição, desde que o envelope tenha sido postado como encomenda expressa.

5.5. Será desconsiderada a inscrição postada após o dia 25 de agosto de 2008.

5.6. Será indeferida a inscrição da empresa produtora caso seja identificada a disponibilização de informações incompletas ou inverídicas no Sistema Interativo de Cinema e Audiovisual – SICA.

5.7. Será indeferida a inscrição de empresa que apresentar pendências ou situação de inadimplência junto à ANCINE.

5.8. Será indeferida a inscrição que não satisfaça todas as condições previstas no presente Edital.

6. DA COMISSÃO

6.1. A aferição do Prêmio Adicional de Renda 2008 será realizada pela Comissão de Análise de Documentação e de Premiação, formada por 07 (sete) técnicos da ANCINE indicados pela Diretoria Colegiada e constituída por Portaria do Diretor-Presidente.

6.1.1. A Comissão de Análise de Documentação e de Premiação terá como atribuições examinar a documentação apresentada, decidindo pelo deferimento ou não da inscrição, e aplicar a metodologia de cálculo, com as respectivas fórmulas matemáticas, para definir a premiação e o seu valor.

6.1.2. Não poderá integrar a Comissão quem, a qualquer título, tenha vínculo direto ou indireto com as empresas candidatas.

6.2. Os envelopes serão abertos pela Comissão, em sessão pública a ser realizada no dia 27 de agosto de 2008, às 10 horas, na ANCINE.

6.3. É facultado à ANCINE conferir as informações fornecidas no ato da inscrição, levando em consideração os dados disponíveis sobre o mercado cinematográfico brasileiro, bem como solicitar dados adicionais quando julgar relevante.

6.4. A decisão da Comissão quanto ao deferimento ou não de inscrição será publicada, em forma de Ata, no Diário Oficial da União e no portal www.ancine.gov.br, indicando a relação das empresas habilitadas a participarem da premiação e a relação das empresas inabilitadas por não atenderem às condições previstas neste Edital.

7. DOS RECURSOS

7.1. Dos atos de deferimento ou indeferimento da inscrição pela Comissão, caberá recurso pela empresa inscrita, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da Ata no Diário Oficial da União.

7.2. Os recursos referidos acima serão interpostos junto à Diretoria Colegiada da ANCINE, que deliberará no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DA AFERIÇÃO DA PREMIAÇÃO

8.1. Para fins de aferição, visando à concessão do Prêmio Adicional de Renda 2008 serão adotados critérios matemáticos cujas metodologias de cálculo estão dispostas nos Anexos: I-A (produtora), II-A (distribuidora) e III-A (exibidora).

8.1.1. Para efeitos dos cálculos matemáticos a que se referem o Anexo I-A e o Anexo II-A, será considerado como Preço Médio do Ingresso, o valor de R\$ 7,42 (sete reais e quarenta e dois centavos) conforme metodologia de cálculo definida no §1º do art. 7º da Instrução Normativa nº. 44.

8.2. Os resultados auferidos pela Comissão de Análise de Documentação e de Premiação não serão passíveis de recurso.

8.3. O resultado da premiação será consignado em Ata, a ser homologada pela Diretoria Colegiada da ANCINE, publicada no Diário Oficial da União e no portal www.ancine.gov.br, indicando o nome da empresa e a premiação correspondente.

9. DA UTILIZAÇÃO DO APOIO FINANCEIRO

9.1. O apoio financeiro concedido pelo Prêmio Adicional de Renda 2008 deverá ser destinado obrigatoriamente a projetos que visem:

9.1.1. No caso de empresas produtoras:

- a) desenvolvimento de projeto de produção de obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente;
- b) finalização de obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente;
- c) complementação de recursos para a filmagem de obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente.

9.1.2. No caso de empresas distribuidoras:

- a) aquisição de direitos de distribuição de obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente, com utilização dos recursos na produção da obra;
- b) despesas de comercialização de obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente, descartada a possibilidade de aquisição de cotas de co-produção;
- c) desenvolvimento de projeto de produção de obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente, com compromisso expreso de distribuição da obra no mercado de salas de exibição.

Parágrafo único: Quando se tratar de destinação de recursos para comercialização de obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente, fica vedada à distribuidora a retenção prioritária de receita de bilheteria do valor correspondente ao destinado, bem como a adoção de taxa de comissão em porcentagem acima da praticada no mercado.

9.1.3. No caso de empresas exibidoras:

- a) automação de bilheteria;
- b) projeto de investimento nas salas que farão jus ao apoio financeiro;
- c) complementação de renda para a abertura de novas salas de exibição, formando complexo de exibição cinematográfica de no máximo 02 (duas) salas;
- d) aquisição de equipamentos digitais de exibição cinematográfica;
- e) projeto de formação de público para o cinema brasileiro.

9.2. A destinação dos recursos do Prêmio Adicional de Renda 2008 caberá exclusivamente às empresas contempladas.

10. DA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO

10.1. O apoio financeiro do Prêmio Adicional de Renda 2008 será concedido mediante celebração de Termo de Concessão de Apoio Financeiro no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a publicação da listagem final dos premiados no Diário Oficial da União.

10.1.1. A empresa contemplada receberá o termo acima referido para assinatura mediante comparecimento ao escritório central da ANCINE ou através de encomenda expressa.

10.1.2. A empresa deverá protocolar, ou postar, via encomenda expressa, o termo devidamente assinado, acrescido da documentação que se fizer necessária, sob pena de perda do direito ao recebimento do apoio financeiro.

10.2. As certidões apresentadas na inscrição que estiverem vencidas no ato da assinatura do termo deverão ser atualizadas e remetidas juntamente com o termo, sob pena de perda do direito ao recebimento do apoio financeiro.

10.3. O valor do apoio será depositado em conta corrente bloqueada, em nome da empresa contemplada, no Banco do Brasil S.A., Agência Governo - RJ, aberta por solicitação da ANCINE e a ser utilizada exclusivamente para os fins deste Edital, após a assinatura do Termo de Concessão de Apoio Financeiro.

10.4. Será de responsabilidade da empresa contemplada a efetivação da abertura de conta corrente bloqueada, indicada no item anterior, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da cópia da autorização de abertura de conta emitida pela ANCINE ao Banco do Brasil, sob pena de perda do direito ao recebimento do apoio financeiro.

11. DA LIBERAÇÃO DO APOIO FINANCEIRO

11.1. Os recursos do Prêmio Adicional de Renda 2008 serão liberados da conta corrente bloqueada da empresa contemplada observada uma das seguintes condições:

a) aprovação da Proposta de Destinação de Recursos pela Diretoria Colegiada da ANCINE, para projeto de titularidade da empresa contemplada, que ficará responsável pela prestação de contas da execução do projeto perante a Agência, conforme Anexo da sua categoria de premiação: I-C (produtora), II-C (distribuidora) ou III-C (exibidora).

b) aprovação pela Diretoria Colegiada da ANCINE da Proposta de Destinação de Recursos, apresentada pela empresa contemplada, para projeto de titularidade de outra empresa, denominada para os fins deste Edital de empresa destinatária, que ficará responsável pela prestação de contas da execução do projeto perante a Agência, conforme Anexo da sua categoria de premiação.

11.2. Para a liberação dos recursos da conta bloqueada de empresa produtora contemplada, deverão ser observados os seguintes critérios adicionais:

a) No caso da alínea “a” do item 9.1.1 deste Edital, os recursos da conta bloqueada serão transferidos para conta de movimentação da empresa contemplada ou da empresa

destinatária, após autorização expressa da ANCINE, condicionada à aprovação do projeto de desenvolvimento.

b) No caso da alínea “b” do item 9.1.1 deste Edital, os recursos da conta bloqueada serão transferidos para conta de movimentação da empresa contemplada ou da empresa destinatária, após autorização expressa da ANCINE, condicionada à comprovação de conclusão das filmagens da obra a ser finalizada.

c) No caso da alínea “c” do item 9.1.1, os recursos da conta bloqueada serão transferidos para conta bloqueada, aberta no Banco do Brasil em agência de livre escolha da empresa contemplada ou da empresa destinatária, sendo liberados para conta de movimentação após autorização expressa da ANCINE, condicionada a um dos seguintes requisitos: aprovação da movimentação das contas de captação do projeto, conforme disposto na Instrução Normativa nº 22, ou comprovação do início das filmagens.

11.3. Para a liberação dos recursos da conta bloqueada de empresa distribuidora contemplada, deverão ser observados os seguintes critérios adicionais:

a) No caso da alínea “a” do item 9.1.2, os recursos da conta bloqueada serão transferidos para conta corrente bloqueada da empresa produtora destinatária, aberta no Banco do Brasil em agência de livre escolha, sendo liberados para conta de movimentação da empresa destinatária após autorização expressa da ANCINE, condicionada a um dos seguintes requisitos: aprovação da movimentação das contas de captação do projeto, conforme disposto na Instrução Normativa nº 22, ou comprovação do início das filmagens;

b) No caso da alínea “b” do item 9.1.2, os recursos da conta bloqueada serão transferidos para conta de movimentação da empresa contemplada ou da empresa distribuidora destinatária após autorização expressa da ANCINE, condicionada à comprovação da conclusão da obra que será comercializada;

c) No caso da alínea “c” do item 9.1.2., os recursos da conta bloqueada serão transferidos para conta de movimentação da empresa produtora destinatária, após autorização expressa da ANCINE, condicionada à aprovação do projeto de desenvolvimento.

11.4. Para a liberação dos recursos da conta bloqueada de empresa exibidora contemplada para conta de movimentação da mesma empresa, os recursos serão transferidos após autorização expressa da ANCINE, condicionada à aprovação do projeto de utilização de recursos.

11.5. As contas de movimentação referidas nos itens anteriores poderão ser abertas em instituição bancária de livre escolha da empresa contemplada ou destinatária responsável pelo projeto de utilização de recursos do Prêmio Adicional de Renda 2008.

11.6. A liberação dos recursos depositados na conta corrente bloqueada dar-se-á em parcela única, podendo contemplar mais de um projeto de utilização de recursos, conforme os itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 deste Edital.

11.7. A empresa contemplada deverá apresentar, no prazo de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Termo de Concessão de Apoio Financeiro, a(s) Proposta(s) de Destinação de Recursos, para aprovação da Diretoria Colegiada da ANCINE.

12. DOS CRÉDITOS DA ANCINE NO PROJETO

12.1. As empresas produtoras e distribuidoras que receberem o apoio financeiro previsto neste Edital obrigam-se a divulgar nos créditos de abertura da obra cinematográfica, em cartela única, com duração de 05 (cinco) segundos, a logomarca da ANCINE e o texto: “Projeto apoiado com recursos da ANCINE - Prêmio Adicional de Renda 2008”, conforme modelo disponível em: <http://www.ancine.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=58>.

12.2. As empresas exibidoras que receberem o apoio financeiro previsto neste Edital obrigam-se a divulgar em placa na sala de exibição, em local de fácil acesso e leitura, a logomarca da ANCINE e o texto: “Esta sala, em razão do seu compromisso com o cinema brasileiro, é apoiada pela ANCINE”, conforme modelo disponível em: <http://www.ancine.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=58>.

13. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1. A empresa contemplada e/ou destinatária que receber recursos do Prêmio Adicional de Renda 2008 deverá apresentar à ANCINE a prestação de contas da utilização dos recursos, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses a contar da data de liberação dos recursos da conta bloqueada, mediante apresentação de cópias dos extratos bancários e da relação de pagamentos, devendo a documentação contábil e fiscal ficar à disposição da ANCINE para averiguação, conforme Instrução Normativa nº 40, de 16 de agosto de 2005.

13.2. No caso dos recursos do Prêmio Adicional de Renda 2008 serem utilizados em projetos aprovados pela ANCINE para captação de recursos incentivados por leis federais de incentivo fiscal, a prestação de contas descrita acima poderá ser realizada no

prazo permitido pelas referidas leis, limitado à vigência do respectivo Termo de Concessão de Apoio Financeiro.

13.3. A documentação da prestação de contas do Prêmio Adicional de Renda 2008 não se vincula com a prestação de contas dos projetos aprovados na ANCINE pelas leis federais de incentivos fiscais nem com a de outros Editais da ANCINE.

13.4. A prestação de contas, quando não apresentada em conjunto com a das leis federais de incentivo fiscal, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

13.4.1. Para empresas produtoras responsáveis pelos projetos de utilização de recursos, sejam elas contempladas ou destinatárias:

a) Roteiro (ficção), *storyboard* (animação) ou proposta, estratégia de abordagem e estrutura (documentário), no caso de desenvolvimento de projeto de produção de obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente;

b) Cópia da obra audiovisual em formato DVD, nos casos de projetos de complementação de recursos para filmagem, ou projetos de finalização de obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente, ou projetos apoiados na modalidade aquisição de direitos de distribuição com utilização dos recursos na produção da obra.

13.4.2. Para empresas distribuidoras: comprovação do lançamento comercial da obra cinematográfica no mercado brasileiro de salas de exibição, no caso de projetos de despesas de comercialização de obra cinematográfica de longa-metragem brasileira de produção independente.

13.4.3 Para empresas exibidoras que optarem pela modalidade Projeto de Formação de Público para o Cinema Brasileiro: formulários e documentos relacionados no Anexo III-E.

13.5. Não serão admitidos documentos fiscais que comprovem despesas realizadas em data anterior à publicação no Diário Oficial da União do extrato do Termo de Concessão de Apoio Financeiro.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A inscrição neste Edital implica na prévia e integral concordância com as suas normas.

14.2. A empresa que no ato da inscrição prestar informação inverídica ficará impossibilitada de se inscrever no Prêmio Adicional de Renda por 03 (três) anos consecutivos, observadas ainda as penalidades previstas na forma da Lei.

14.3. A empresa que não satisfizer as cláusulas do Termo de Concessão de Apoio Financeiro poderá ser penalizada na forma do Decreto nº 5.054/04 e da Instrução Normativa da ANCINE nº 30.

14.4. Na hipótese do não cumprimento do estabelecido neste Edital, tanto pelas empresas contempladas quanto pelas empresas destinatárias dos recursos do Prêmio, os valores já disponibilizados pela ANCINE deverão ser devolvidos acrescidos de juros e correção pela TJLP e de multa de 1% ao mês.

14.5. Passarão a ser parte integrante do Termo de Concessão de Apoio Financeiro do Prêmio Adicional de Renda 2008, firmado entre a empresa contemplada e a ANCINE, a Proposta de Destinação de Recursos, os projetos para a utilização dos recursos do apoio financeiro apresentados, após aprovação pela Diretoria Colegiada, assim como os contratos assinados entre a empresa contemplada e a empresa destinatária, quando couber.

14.6. Se, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Termo de Concessão de Apoio Financeiro, os recursos do Prêmio Adicional de Renda 2008 não forem destinados a algum projeto de utilização de recursos, os mesmos serão recolhidos em favor da União à Secretaria do Tesouro Nacional.

14.7. A empresa que não destinar integralmente os recursos concedidos a título de Prêmio Adicional de Renda no prazo determinado no Termo de Concessão de Apoio Financeiro ficará impossibilitada de se inscrever em qualquer Edital promovido pela ANCINE nos 12 (doze) meses seguintes ao término do prazo de destinação.

14.8. No caso de projetos aprovados pela ANCINE para captação de recursos pelas leis federais de incentivo fiscal, o apoio financeiro previsto neste Edital deverá ser abatido das fontes de receita ou mecanismos de captação, e não poderá ser utilizado como contrapartida de recursos próprios ou de terceiros.

14.9. Será de responsabilidade única e exclusiva da empresa contemplada e/ou destinatária a observância às normas referentes aos direitos autorais ou patrimoniais, anteriores ou posteriores à assinatura do Termo de Concessão, nos projetos de utilização de apoio financeiro.

14.10. Os valores depositados em conta corrente bloqueada poderão ser aplicados em fundos de investimento de renda fixa, ou outra modalidade de aplicação financeira vinculada à conta corrente, desde que lastreados por títulos do Tesouro Nacional, por ordem da Agência Nacional do Cinema.

14.11. Para todos os fins e efeitos, integram este Edital os seguintes Anexos:

Empresas Produtoras:

Anexo I-A: Metodologia de Cálculo para a Concessão de Apoio Financeiro

Anexo I-B: Ficha de Inscrição

Anexo I-C: Proposta de Destinação de Recursos

Anexo I-D: Minuta do Termo de Concessão de Apoio Financeiro

Empresas Distribuidoras:

Anexo II-A: Metodologia de Cálculo para a Concessão de Apoio Financeiro

Anexo II-B: Ficha de Inscrição

Anexo II-C: Proposta de Destinação de Recursos

Anexo II-D: Minuta do Termo de Concessão de Apoio Financeiro

Empresas Exibidoras:

Anexo III-A: Metodologia de Cálculo para a Concessão de Apoio Financeiro

Anexo III-B: Ficha de Inscrição

Anexo III-C: Proposta de Destinação de Recursos

Anexo III-D: Minuta do Termo de Concessão de Apoio Financeiro

Anexo III-E: Projeto de Formação de Público para o Cinema Brasileiro.

14.12. Os casos omissos e as excepcionalidades serão dirimidos pela Diretoria Colegiada da ANCINE.

14.13. Fica eleito o Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.14. Este Edital e seus Anexos estarão disponíveis para consulta, a partir da sua publicação no Diário Oficial da União, na Superintendência de Fomento – ANCINE, situada na Av. Graça Aranha, nº35 – 4ºandar - CEP: 20.030-002 – Rio de Janeiro - RJ, no horário de 09:00h às 12:00h e de 14:00h às 18:00h, e no sítio www.ancine.gov.br. As dúvidas podem ser esclarecidas pelo endereço eletrônico: listaofd@ancine.gov.br e pelos seguintes telefones: (21) 2240-3298, 2240-3052, 2240-3970.

Manoel Rangel

Diretor-Presidente da ANCINE